

Políticas em rede: investigando as influências presentes na atuação política da BNCC de educação infantil

Networked policies: investigating the influences present in the political performance of the BNCC for early childhood education

Políticas en red: investigando las influencias presentes en el desempeño político de la BNCC para la educación infantil temprana

Cristiana Cosme da Silva*, Meyre-Ester Barbosa de Oliveira**, Márcia Betânia de Oliveira***

Resumo

As redes de políticas e governança desempenham um papel crucial na formulação de políticas educacionais em escala nacional e internacional. Neste artigo, investigamos a presença e o papel dessas redes na construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil, analisando como os trabalhos científicos documentam as trajetórias de influência envolvidas nesse processo. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com foco exploratório e metodologia baseada na análise documental, utilizando fontes como documentos oficiais e textos acadêmicos disponíveis no portal de periódicos da CAPES. O referencial teórico respaldou-se no ciclo de políticas de Stephen Ball e colaboradores o qual nos possibilita compreender a articulação discursiva das redes no processo de construção das políticas. As redes analisadas revelam a complexidade do processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas educacionais, evidenciando a interdependência entre redes de governança e redes políticas, muitas vezes permeadas por lógicas neoliberais que contribuem para a mercantilização da educação. A influência de atores não estatais, como fundações privadas e movimentos sociais organizados, é especialmente visível em iniciativas como o Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (MPBNC) e na formulação da Política Nacional de Educação Infantil (PNEI). Nesse cenário, o professor emerge como agente fundamental no sistema de governança, embora enfrente inúmeros desafios, como o cerceamento da autonomia pedagógica e pressões decorrentes de políticas de responsabilização. Apesar disso, o estudo reafirma o papel da escola como espaço de resistência, reflexão crítica e promoção da justiça social.

Palavras-chave: BNCC; Rede política; Educação Infantil.

* Professora de educação infantil da rede municipal de Limoeiro do norte/CE, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Faculdade de Educação (POSEDUC/FE), Mossoró, RN, Brasil. Endereço para correspondência: Faculdade de educação, campus central, Av. Prof. Antônio Campos- Pres. Costa e Silva, Mossoró- RN, 59610-2010 RN. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5255-8685>. Lattes: lattes.cnpq.br/0099300912734203.

E-mail: cristiana20241000105@alu.uern.br

** Professora Adjunta do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação Faculdade de Educação (POSEDUC/FE). Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPED/UERJ), Líder do Grupo de Pesquisa Currículo e Ensino (GEPCE/CNPQ). Endereço para correspondência: Faculdade de educação, campus central, Av. Prof. Antônio Campos- Pres. Costa e Silva, Mossoró- RN, 59610-2010 RN. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3487-6591>. Lattes: lattes.cnpq.br/8833639182507760

E-mail: meyreoliveira@uern.br.

*** Professora Adjunta do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação Faculdade de Educação (POSEDUC/FE). Doutora em Educação (UERJ/2016); Mestre em Educação (UFRN/2010), Especialista em Educação com área específica em Alfabetização (1999) e graduada em pedagogia pela UERN (1996). Endereço para correspondência: Faculdade de

educação, campus central, Av. Prof. Antônio Campos- Pres. Costa e Silva, Mossoró- RN, 59610-2010 RN. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7881-1565>. Lattes: lattes.cnpq.br/7370309066861491
E-mail: betaniaoiveira@uern.br.

Abstract

Policy and governance networks play a crucial role in shaping educational policies at the national and international levels. In this article, we investigate the presence and role of these networks in the development of the National Common Curricular Base (BNCC) for Early Childhood Education, analyzing how scientific papers document the trajectories of influence involved in this process. The research adopted a qualitative approach, with an exploratory focus and a methodology based on documentary analysis, using sources such as official documents and academic texts available on the CAPES journal portal. The theoretical framework was based on the policy cycle of Stephen Ball and colleagues, which allows us to understand the discursive articulation of networks in the policymaking process. The networks analyzed reveal the complexity of the process of formulating, implementing, and evaluating public education policies, highlighting the interdependence between governance networks and political networks, often permeated by neoliberal logics that contribute to the commodification of education. The influence of non-state actors, such as private foundations and organized social movements, is especially visible in initiatives such as the Movement for a Common National Curricular Base (MPBNC) and the formulation of the National Early Childhood Education Policy (PNEI). In this context, teachers emerge as key agents in the governance system, despite facing numerous challenges, such as the curtailment of pedagogical autonomy and pressures arising from accountability policies. Despite this, the study reaffirms the role of schools as spaces for resistance, critical reflection, and the promotion of social justice.

Keywords: BNCC; Political network; Early Childhood Education.

Resumen

Las redes de políticas y gobernanza desempeñan un papel crucial en la formulación de políticas educativas a nivel nacional e internacional. En este artículo, investigamos la presencia y el papel de estas redes en el desarrollo de la Base Curricular Nacional Común (BNCC) para la Educación Infantil, analizando cómo los artículos científicos documentan las trayectorias de influencia involucradas en este proceso. La investigación adoptó un enfoque cualitativo, con un enfoque exploratorio y una metodología basada en el análisis documental, utilizando fuentes como documentos oficiales y textos académicos disponibles en el portal de revistas CAPES. El marco teórico se basó en el ciclo de políticas de Stephen Ball y colegas, lo que nos permite comprender la articulación discursiva de las redes en el proceso de formulación de políticas. Las redes analizadas revelan la complejidad del proceso de formulación, implementación y evaluación de políticas públicas de educación, destacando la interdependencia entre las redes de gobernanza y las redes políticas, a menudo permeadas por lógicas neoliberales que contribuyen a la mercantilización de la educación. La influencia de actores no estatales, como fundaciones privadas y movimientos sociales organizados, es especialmente visible en iniciativas como el Movimiento por una Base Curricular Nacional Común (MPBNC) y la formulación de la Política Nacional de Educación Infantil (PNEI). En este contexto, el profesorado emerge como agente clave en el sistema de gobernanza, a pesar de enfrentar numerosos desafíos, como la limitación de la autonomía pedagógica y las presiones derivadas de las políticas de rendición de cuentas. A pesar de esto, el estudio reafirma el papel de las escuelas como espacios de resistencia, reflexión crítica y promoción de la justicia social.

Palabras clave: BNCC; Red política; Educación Infantil.

Introdução

As políticas educacionais emergem de complexas disputas discursivas e ideológicas que se originam nos contextos sociais, econômicos e culturais em que são produzidas. Na perspectiva do ciclo de políticas (Ball; Bowe, 1992; Ball, 1994), entende-se que essas políticas não resultam de um processo linear ou neutro, mas de interações entre múltiplos atores e instituições — estatais, privadas e multilaterais — que, a partir de lógicas globalizadas e

orientadas pelo racionalismo neoliberal, modelam os sentidos da educação e da formação docente. Assim, a política educacional constitui-se como um campo de influência, negociação e recontextualização, no qual diferentes interesses e discursos competem para definir o que deve ser ensinado, como e com que finalidade.

Nesse contexto, a política educacional brasileira torna-se um campo de tensões e disputas, no qual grupos de investidores buscam promover propostas “inovadoras e transformadoras”, ancoradas nas necessidades coletivas, mas que frequentemente refletem interesses privados. Ball (2014), afirma que “A disseminação e a aceitação de práticas neoliberais repousam sobre uma grande quantidade de trabalho político e ideológico que é altamente organizado e bem financiado”. Essas entidades articulam-se e dominam o complexo universo das ideias, manifestando-se por meio de redes de governança e políticas. O tensionamento das reformas educacionais globais ganha destaque nos anos 1990.

Conforme destaca Soares (2023, p.179),

No cenário global, em 1990, destaca-se a realização da *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, realizada na Tailândia, promovida por meio da parceria entre UNESCO, Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial. O evento contou com a participação de representantes de governos, organismos multilaterais e membros de organizações não governamentais.

Ball (2014, p. 49), considera que “até certo ponto é uma rede pronta, mas, além das listas oficiais locais das organizações parceiras, há muitas outras relações indiretas”. Tais articulações estruturou-se em três pilares principais: currículo baseado em competências, foco no desempenho em avaliações padronizadas como o PISA e responsabilização docente pelos resultados, pilares de debates recorrentes nos trabalhos dos autores Ravitch (2011), Laval (2019), Verger (2015) e Sahlberg (2018).

Redes de governança e políticas educacionais são conceitos interconectados que refletem a crescente complexidade no processo de formulação, atuação e avaliação de políticas públicas no campo da educação. As redes de governança se referem a arranjos institucionais que envolvem uma multiplicidade de atores, incluindo o Estado, organizações internacionais, Organizações Não Governamentais (ONGs), setor privado e a sociedade civil, que colaboram ou competem na criação e execução de políticas educacionais. Esse cenário exige uma compreensão mais ampla das dinâmicas de poder, influência e interesses que moldam o desenvolvimento dessas políticas, especialmente em contextos globalizados, nos quais as

reformas educacionais são, por vezes, influenciadas por diretrizes e padrões internacionais. Ao explorar as redes de política é possível analisar como as políticas educacionais são moldadas não apenas por governos nacionais, mas também por atores transnacionais que desempenham papéis centrais na definição de agendas e prioridades educacionais. Do ponto de vista de Ball (2014, p.108), as redes de influências como as Think-tanks “Apresenta uma mensagem simples, facilmente compreendida por políticos e formuladores de políticas em diversas localidades”. Como se as metas apresentadas por estas redes fossem fomentar a ideia de “soluções” claras para os desafios sociais e econômicos. A abordagem envolve atuar em nível local e global para fortalecer as “vozes que impulsionam a transformação”.

Neste trabalho, abordaremos aspectos de um mundo cada vez mais interconectado, no qual as governanças em rede dominam aspectos cruciais de nossa sociedade. Para tanto, problematizar a maneira como a filosofia das redes interage, influência e financia indivíduos que participam ativamente na elaboração de políticas em vários países, sempre alinhadas à lógica neoliberal. Essa discussão se faz necessária, pois compreendemos que as políticas educacionais são ferramentas fundamentais para promover mudanças significativas nessa área. Além disso, as trajetórias dessas políticas evidenciam como as condições de formulação e implementação impactam o acesso dos professores a processos de formação continuada coerentes com suas realidades e sua permanência no trabalho docente.

Nosso objetivo é investigar de que maneira os trabalhos científicos documentam as trajetórias de influências presentes na política educacional de Base Nacional Comum Curricular. Além disso, propomos explorar como as redes de governança influenciam diretamente as políticas locais.

A investigação conduzida é de natureza exploratória e descritiva, adotando uma abordagem qualitativa, fundamentada em informações obtidas através de uma revisão bibliográfica. A análise das informações ocorreu após uma pesquisa no portal de periódicos CAPES, utilizando uma análise temática, que segundo Minayo (2014) se apresenta como um método de organização e interpretação de dados qualitativos, destacando a identificação de núcleos de sentido em um material analisado.

Consideramos fundamental abordar o estudo a partir da perspectiva das redes políticas e da governança que atravessam a política educacional, uma vez que essa abordagem amplia o olhar para além das dinâmicas locais, comumente privilegiadas nas análises acadêmicas. Tal

perspectiva possibilita compreender de modo mais aprofundado como as políticas educacionais são produzidas, negociadas e influenciadas por atores e interesses diversos, sobretudo sob a lógica neoliberal. Nesse sentido, busca-se articular a análise aqui proposta ao referencial de Stephen Ball sobre a política educacional global, evidenciando como o discurso do empreendedorismo social e seus investimentos vêm sendo mobilizados como supostas soluções para os “problemas” da educação pública.

O artigo está organizado em três seções que visam explorar o objeto de pesquisa e fomentar um diálogo sobre o tema em análise. A primeira seção apresenta definições relativas às redes políticas, a segunda examina as principais influências e redes que permeiam a política educacional da BNCC, enquanto a terceira discute o papel do professor dentro desse sistema de governança. Por fim, apresentamos as considerações que reúnem reflexões geradas ao longo da elaboração desta pesquisa e seus principais resultados.

Redes Políticas e Governança Global

A seção discorre sobre as transformações nas relações comerciais e educacionais a partir da modernidade e do avanço do neoliberalismo. Discute como as dinâmicas globais de mercado influenciam a criação de "sujeitos sociais híbridos" e a mercantilização da educação, destacando o papel de novos atores e redes políticas na formulação de políticas transnacionais. Além disso, reflete sobre os impactos dessas mudanças no ambiente escolar, alertando para a invisibilização de seus atores e para a predominância de interesses comerciais nas decisões educacionais.

A estrutura moderna, consolidada no período pós-Idade Média, marcou avanços sistêmicos significativos no campo dos negócios e das transações comerciais. O que antes se baseava em um sistema local de trocas passou por transformações que culminaram na emergência de sujeitos sociais híbridos, configurados sob a lógica e os valores do neoliberalismo. Segundo Ball (2014, p. 230) "O neoliberalismo está estimulando a produção de [...] novos tipos de atores sociais, sujeitos sociais híbridos que são espacialmente móveis, eticamente maleáveis e capazes de falar as linguagens do público, do valor privado e filantrópico" proporcionando relações mais instáveis e mais lucrativas para o mundo dos negócios.

A escola, enquanto instituição social, também é afetada pelas transformações decorrentes das novas relações comerciais. As políticas educacionais, por sua vez, passam a

emergir de ideais transnacionais. Conforme aponta Ball (2014, p. 27. Grifos do autor), “a política educacional está sendo ‘feita’ em novas localidades, em diferentes parâmetros, por novos atores e organizações, exigindo [...] novos métodos e conceitos e novas sensibilidades de pesquisa”. Nesse sentido, é fundamental compreender que esses novos atores internacionais atuam por meio de formas de governança e redes políticas que atravessam as questões sociais — não apenas as educacionais —, reproduzindo eventuais crises e apresentando, muitas vezes, soluções também moldadas por essas mesmas dinâmicas globais.

Evidenciando a complexidade e a transformação das estruturas de governança na contemporaneidade, o sociólogo faz a seguinte consideração:

As redes políticas constituem uma nova forma de governança, embora não de uma forma única e coerente, e colocam em jogo [...] novas fontes de autoridade [...] as fronteiras entre o Estado, a economia e a sociedade civil estão ficando turvas; há novas vozes nas conversas sobre as políticas (Ball, 2014, p. 34).

Assim, as redes políticas emergem como um modelo dinâmico e multifacetado, no qual novas fontes de autoridade e poder passam a influenciar a formulação e a implementação de políticas públicas. Esse fenômeno reflete uma dissolução das fronteiras tradicionais entre o Estado, a economia e a sociedade civil, promovendo uma maior diversidade de vozes e interesses no debate político. No entanto, essa pluralidade também pode gerar tensões, visto que diferentes atores e agendas competem por legitimidade e influência, tornando o campo político mais desafiador e, ao mesmo tempo, mais representativo da complexidade social.

Ball (2014) ainda destaca a mercantilização da política, evidenciando como esta se transformou em um objeto de consumo e lucro dentro de um mercado global de ideias. Esse fenômeno reflete a influência de organizações privadas e transnacionais que, mediante contratos ou honorários, negociam e implementam políticas públicas, muitas vezes moldando agendas governamentais de acordo com interesses específicos. Essa dinâmica pode comprometer o caráter público e democrático das políticas, priorizando interesses mercadológicos em detrimento das necessidades coletivas, o que reforça a crítica ao impacto do neoliberalismo sobre a governança e a gestão pública. O poder comercial dos pacotes de soluções para a educação, trouxe um método de mercantilização da educação que Ball (2014, pág. 222) especifica que "A própria política é agora comprada e vendida, é mercadoria e oportunidade de lucro, há um mercado global crescente de ideias de políticas. [...] Organizações.,, ... por uma taxa honorária ou contrato com o Estado"

Em suma, os efeitos são evidentes e passíveis de uma profunda reflexão sobre a necessidade de que os principais protagonistas do ambiente escolar não fiquem à sombra, apenas recebendo e aplicando políticas que priorizam questões comerciais, em vez de abordar os verdadeiros desafios enfrentados pelas escolas brasileiras. Ball, em sua obra, nos provoca a pensar sobre os discursos salvadores, como ilustrado no trecho a seguir:

Novas redes e comunidades de políticas estão sendo estabelecidas conforme os discursos neoliberais e o conhecimento fluem e ganham legitimidade e credibilidade. [...] Estes são os novos agenciamentos de políticas [...] dentro e além dos locais tradicionais de formulação de políticas (Ball, 2014, p. 220).

Conclui-se que as transformações impostas pelo neoliberalismo geraram novos desafios para a educação, marcada pela mercantilização e pela influência de redes políticas transnacionais. É essencial refletir sobre esses impactos para garantir que as políticas educacionais priorizem as reais necessidades das escolas e de seus atores, em vez de interesses meramente comerciais.

Principais Influências/Redes Encontradas na Política Educacional de BNCC

Com o intuito de investigamos a presença e o papel dessas redes na construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil, realizou-se uma revisão bibliográfica no Portal de Periódicos da CAPES, base escolhida pela amplitude e credibilidade de seu acervo, que reúne produções científicas nacionais e internacionais de referência. A opção por essa fonte buscou assegurar o rigor e a atualidade das discussões teóricas.

A estratégia de busca utilizou os descritores "BNCC" (Base Nacional Comum Curricular) e "redes de governança", de forma combinada, a fim de identificar produções científicas que tratassem da articulação entre diretrizes curriculares nacionais e os arranjos institucionais e políticos que viabilizam sua produção/atuação.

A busca foi realizada considerando artigos publicados em português, no intervalo de tempo compreendido entre o início de 2017 até a atualidade, com foco em publicações revisadas por pares. No total, foram localizados oito trabalhos que, em algum grau, tratavam dos temas mencionados. Contudo, após uma análise criteriosa dos resumos, títulos e palavras-chave, constatou-se que apenas dois artigos abordavam de forma direta e aprofundada a temática das redes de governança no contexto de formulação ou implementação da BNCC, a saber: Faria (2022) e Silva (2013).

Esses dois trabalhos foram selecionados para análise detalhada, tendo em vista sua relevância para a discussão central deste estudo. A seguir, apresentamos uma descrição desses artigos, destacando seus objetivos, abordagens metodológicas e principais contribuições teóricas e analíticas.

No estudo de Faria (2022), o foco da análise recai sobre o Movimento Pela Base Nacional Comum (MPBNC, 2020), uma rede formada em 2013 que reúne diversos agentes públicos e privados envolvidos no processo de elaboração e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), atualmente a principal diretriz para as três etapas da educação básica no Brasil. A pesquisa possui dois objetivos principais: o primeiro é examinar o papel desempenhado pela rede MPBNC na construção de valores, normas e técnicas que configuram o modelo atual de governança da política educacional brasileira. O segundo objetivo busca identificar possíveis elementos de privatização da política e da educação básica no Brasil, considerando a atuação dessa rede.

Como resultados deste estudo, foi possível mensurar que a atuação da rede analisada e suas instituições no processo de produção, implementação, monitoramento, avaliação e validação das políticas educacionais vêm conduzindo a ampliação do modelo de governança de Estado e, por meio deste, ao processo de privatização da política educacional brasileira. A pesquisa categoriza ainda, as técnicas de atuação política por meio das quais este processo de privatização vem sendo materializado, assim como as técnicas de verticalidade e horizontalidade utilizadas pela rede na implementação de seu projeto educacional para toda a educação básica. (Santos, 2014)

Segundo Faria (2022), o Movimento pela Base Nacional Comum (MPBNC) integra, desde 2013, a comunidade política de governança educacional no Brasil. Em seu site oficial (<https://movimentopelabase.org.br/>), o movimento apresenta de forma detalhada sua estrutura de governança. Ao acessar o ícone “*Quem somos*”, é possível observar a composição dessa rede, que inclui conselhos consultivo, fiscal e deliberativo, além de doadores, organizações parceiras e pessoas físicas que integram o movimento.

Em seu conselho deliberativo, constam apenas seis membros, identificados a seguir: o Instituto Natura, Instituto Unibanco, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Fundação telefônica VIVO. Já em doadores verificamos quatro instituições descritas no site

como a fundação Roberto Marinho, o Movimento Bem Maior, [B]³ social e instituto Machado Meyer.

Diversas organizações integram o *Movimento Todos pela Educação*, compartilhando discursos voltados ao fortalecimento da educação pública no Brasil, ainda que com enfoques distintos — que vão desde a formulação de políticas públicas até a formação de educadores e a gestão de sistemas de ensino. Essa rede heterogênea reúne instituições de naturezas diversas, compondo um mosaico de interesses e estratégias que expressam a lógica contemporânea de governança educacional.

Entre elas, destacam-se entidades dedicadas à avaliação e produção de evidências, como a Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE) e o Instituto Interdisciplinar de Educação e Evidências (IEDE), e aquelas voltadas à liderança e gestão educacional, como o Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação, o Instituto longo, o Instituto Unibanco e o Itaú Educação e Trabalho. Outras organizações concentram esforços em formação docente e inovação pedagógica, a exemplo da Comunidade Educativa CEDAC, do Instituto Avisa Lá, do Instituto Singularidades e do Instituto Natura, além do Instituto Reúna, que desenvolve recursos alinhados à BNCC.

Também se fazem presentes instituições que atuam em inclusão e desenvolvimento social, como o Instituto Rodrigo Mendes, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e o Instituto Alana, bem como aquelas que investem em tecnologia, cultura e colaboração federativa, como o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), o Oi Futuro e o Movimento Colabora Educação. O grupo conta ainda com a participação de organismos representativos da gestão pública, como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Completam essa rede o Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE/FGV), a Fundação Lemann, a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Sonho Grande, o Itaú Social e o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social da USP (LEPES/USP), além da organização Vozes da Educação, voltada à implementação de políticas públicas com foco em gestão e equidade.

Ao todo, o *Movimento Todos pela Educação* reúne vinte e nove organizações parceiras, compondo um campo de governança que articula atores públicos e privados em torno de um

discurso de modernização e eficiência da educação pública, alinhado a uma racionalidade neoliberal que redefine as fronteiras entre Estado, mercado e sociedade civil.

Essas instituições, de diferentes perfis e áreas de atuação, trabalham em colaboração para promover iniciativas políticas que segundo as mesmas, fortalecem a educação no Brasil, contribuindo para a formulação de políticas públicas, o desenvolvimento de projetos educacionais e a melhoria da qualidade do ensino. É importante destacar que o Todos pela educação que se faz presente nas parcerias, atua desde setembro 2006, na cidade de São Paulo, no âmbito das discussões políticas, convocando a sociedade civil organizada para assumir essa responsabilidade. Para Soares (2023), isso marca certa fluidez nas relações entre as esferas pública e privada. De acordo com informações no referido site (<https://todospelaeducacao.org.br/>), o Todos pela educação se define, como: “uma organização da sociedade civil que trabalha por uma escola pública de qualidade para todos, absolutamente TODOS. Pois é isso que garantirá igualdade de oportunidades a todos brasileiros(as) e, de fato, mudará o Brasil para melhor”.

Podemos assim, problematizar o contexto de influência ao qual a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está inserida, evidenciando como ela reflete a atuação de redes políticas e econômicas que moldam as políticas educacionais. Essas redes, frequentemente ancoradas em princípios neoliberais que atuam até no mercado financeiro, buscam alinhar as diretrizes curriculares às demandas do mercado global, muitas vezes em detrimento das particularidades locais e das necessidades educativas específicas. Nesse cenário, a BNCC pode ser vista tanto como um instrumento de padronização e controle quanto como um espaço de disputa ideológica, no qual diferentes interesses – econômicos, sociais e políticos – competem por protagonismo na definição das prioridades educacionais.

O segundo texto, de autoria de Silva (2013), analisou a participação de atores não estatais no processo de elaboração da Política Nacional de Educação Infantil (PNEI), tomando como referencial teórico-metodológico a abordagem de redes de políticas públicas. Problematizou o papel do Estado em agir como o principal agente na elaboração de políticas públicas e intermediação de diferentes interesses para o enfrentamento dos problemas da educação infantil. A questão síntese envolveu saber qual o papel dos atores não estatais na elaboração da PNEI.

As análises permitiram a autora confirmar a hipótese de que no processo de elaboração de políticas públicas de educação infantil os atores não estatais cooperaram entre si e estabeleceram interdependências, por meio de rede de políticas públicas. Ao identificar que esses atores influenciaram tanto na forma como ocorreu o processo quanto no conteúdo da política elaborada, concluiu que a participação de atores não estatais em rede potencializa o poder de influência desses atores ao mesmo tempo em que racionaliza as escolhas políticas nos processos decisórios.

Em conclusão, os estudos analisados evidenciam a crescente influência de redes de governança no processo de elaboração e implementação de políticas educacionais no Brasil, como exemplificado pelo MPBNC e a PNEI. Essas redes, compostas por agentes públicos e privados, desempenham papéis centrais na definição das diretrizes curriculares e na condução da educação básica, muitas vezes em alinhamento com interesses econômicos e ideológicos. A participação de atores não estatais, como fundações e institutos privados, reforça a privatização da política educacional, ao mesmo tempo em que racionaliza os processos decisórios e amplia a interdependência entre os agentes envolvidos. Assim, a BNCC e a PNEI podem ser compreendidas não apenas como políticas educativas, mas como instrumentos de disputas ideológicas e de mercado, moldando as prioridades educacionais de acordo com demandas externas e globais.

O Papel do Professor: Qual posição ocupamos neste sistema de governança?

A docência na atualidade enfrenta desafios que colocam em xeque sua autonomia e identidade profissional, configurando o que pode ser chamado de uma "docência sitiada". (Oliveira; Oliveira, 2023). Essa compreensão refere-se às condições de trabalho dos professores em um cenário marcado por pressões externas, desconfiança em sua capacidade técnica e a crescente interferência de mecanismos de controle e padronização. As práticas pedagógicas, que deveriam ser orientadas por princípios de liberdade e reflexão crítica, estão sendo moldadas por diretrizes impostas de forma alheia à realidade da sala de aula, frequentemente elaboradas por organismos não estatais que influenciam as políticas públicas em colaboração com o Estado. Nesse contexto, Oliveira e Oliveira (2023) destacam elementos fundamentais que sustentam essa tese, como o questionamento da autonomia docente, o uso de tecnologias de

controle e a exigência de prestação de contas, revelando um cenário de monitoramento contínuo que limita a capacidade dos professores de exercerem plenamente sua função.

Na perspectiva de argumentar sobre quais elementos/argumentos nos permitem propor/sustentar a tese da docência sitiada, destacamos: o questionamento da capacidade do professor para tomar decisões curriculares e sobre sua prática pedagógica; o investimento em “tecnologias” de controle do trabalho pedagógico; e a submissão desses profissionais a constantes processos de monitoramento, de prestação de contas e a pacotes de soluções/orientações produzidas de forma exógena por organismos não estatais, os quais ganham cada vez mais espaço na formulação de políticas junto ao Estado. (Oliveira; Oliveira, p.144,2023)

Neste contexto de sistema de governança multifacetado, o educador possui uma função essencial para a construção e desenvolvimento da sociedade. Os professores são desafiados a desempenharem funções que vão além de simplesmente ensinar conteúdos; eles são responsáveis por promover o aprendizado crítico, incentivar o pensamento reflexivo e contribuir para a formação de cidadãos conscientes e participativos, como se fossem os únicos e principais responsáveis no alcance de resultados.

Nas últimas décadas os professores têm sido posicionados como os principais responsáveis pelo resultado da aprendizagem dos alunos. Sob o pressuposto de que os professores são o fator preponderante para a aprendizagem dos alunos, consubstancia-se a crença generalizada de que, se eles seguirem dadas instruções, conseguirão que todos os seus alunos aprendam. Tal entendimento tem conduzido à produção de uma série de mecanismos que submetem o docente a um constante estado de vigilância e de controle sobre o trabalho, mediante uma série de práticas reguladoras nos níveis macro e micro. (Oliveira; Oliveira, p.158, 2023).

No contexto macro e micro da governança educacional, os professores ocupam uma posição estratégica, já que suas práticas pedagógicas influenciam e atuam diretamente nos processos de aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos. Além disso, eles podem atuar como mediadores entre as políticas educacionais e a realidade da sala de aula, identificando e reportando necessidades e desafios do sistema educacional brasileiro.

O cenário local coloca diversos desafios para o alcance dos resultados esperados pelas gestões das redes políticas de ensino. A política, evidentemente, se faz presente em todos os lugares. As diretrizes políticas estão refletidas nos livros e na estrutura da escola, o que se traduz em exigências impostas tanto aos educadores quanto aos estudantes, tornando-se substanciais para organizar e orientar o ensino em todos os níveis de educação no Brasil, promovendo ações promotoras da equidade e qualidade no acesso ao conhecimento. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2017, é um marco importante nesse contexto, pois

estabelece diretrizes que norteiam o que deve ser ensinado nas escolas de educação básica, garantindo a formação integral dos estudantes.

No que diz respeito à formação de professores, as políticas curriculares educacionais enfatizam a necessidade de uma formação inicial sólida e contínua, alinhada às demandas relacionadas a contemporaneidade da educação brasileira local e macro. Essa formação envolve tanto o domínio dos conteúdos específicos quanto o desenvolvimento de competências pedagógicas e sociais. Além disso, programas como o Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor) e o incentivo à pesquisa acadêmica afirmam, que visam aprimorar a qualificação docente, reforçando seu papel estratégico. Porém, como expõe Pinar (2013, pág. 207) a conversa complicada a cerca de currículo “são conversas complicadas pela falta de transparência ou autotransparência. É complicada pelo quanto os professores e estudantes são opacos para si mesmos e para os outros”. Se torna urgente entender que a formação docente não é algo isolado e sim parte das políticas educacionais as quais se materializam em contextos específicos.

A esse respeito concordamos com Barreiros e Hernandes (2024, p.02):

É certo que a formação do professor é um importante fator para que se estabeleça um sistema educacional de qualidade, mas também é certo que não se pode responsabilizar os professores e, nem mesmo, a educação por seu sucesso ou fracasso em um país com tamanhas desigualdades sociais.

A responsabilização dos professores pela garantia dos resultados está diretamente ligada às demandas por significação e formação dos sujeitos. No entanto, os docentes, sobrecarregados por rotinas intensas, enfrentam desafios como salas superlotadas, pais insatisfeitos, falta de materiais e estruturas inadequadas. Esses fatores os afastam da pesquisa acadêmica, colocando-os em uma posição desprivilegiada dentro do sistema educacional.

Na esfera política e administrativa, o professor também pode ser visto como um agente de mudança, colaborando na implementação de novas estratégias e reformas educacionais. Contudo, sua posição dentro do sistema de governança também depende de fatores como a valorização da profissão, a autonomia pedagógica e o envolvimento nas decisões políticas que afetam a educação. E as demandas de responsabilização docente

A questão que diz respeito às responsabilidades pela educação, vem se colocando como demanda cada vez mais forte no debate público educacional. Ela é construída a partir de articulações das quais fazem parte múltiplos atores e grupos, em diferentes escalas, que compõem uma conjuntura política que não pode ser desconsiderada. (Soares, 2023 p.179,).

Nesse contexto, o professor se configura como um ator central nos sistemas de governança educacional, não apenas como executor de políticas, mas como sujeito que as interpreta, (re)significa e atua sobre elas em contextos específicos. Todavia, as constantes críticas às práticas docentes, os questionamentos ideológicos e o controle exercido por meio de políticas de padronização e performatividade (Ball, 2001) fragilizam esse espaço de atuação, limitando a docência a um cumprimento técnico de metas. Nessa conjuntura, reafirma-se a urgência de valorizar o trabalho docente, criando condições para que os professores possam exercer sua autonomia intelectual e política, produzindo sentidos outros para a educação e contribuindo para a construção de uma escola pública democrática e socialmente referenciada.

Considerações Finais

A complexidade das políticas educacionais no Brasil com suas redes políticas e de governança, discutida no texto, apresenta um pouco dos impactos das diretrizes curriculares, como a BNCC, e sua relevância e influência na formação docente, coadunados com jargões de garantia da qualidade e equidade no ensino. Evidencia-se no texto os desafios enfrentados pelos professores, que, apesar de serem peças estratégicas no sistema educacional, enfrentam uma série de obstáculos estruturais e sociais que dificultam sua atuação plena e o acesso à pesquisa acadêmica. A reflexão sobre a "conversa complicada" de Pinar reforça a necessidade de um olhar mais profundo e crítico sobre o currículo e a formação docente, reconhecendo que essas dimensões estão intrinsecamente ligadas às políticas públicas e às condições concretas em que ocorre o ensino.

Diante do exposto, os estudos analisados evidenciam a crescente influência das redes de governança na formulação e implementação de políticas educacionais no Brasil, destacando exemplos como o Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (MPBNC) e a Política Nacional de Educação Infantil (PNEI). Nesse contexto, o professor ocupa uma posição central como agente ativo no sistema de governança educacional, sendo responsabilizado pelo (in)sucesso do desempenho dos alunos. Ademais, os constantes ataques às práticas pedagógicas, as críticas à sua formação e as pressões ideológicas colocam em risco sua capacidade de atuar com esperança e resiliência na construção de uma sociedade democrática. Diante desses desafios, torna-se essencial resgatar a função transformadora da educação,

superando uma visão meramente técnica e instrumental dos objetivos educacionais, e reafirmar o papel da escola como espaço de reflexão crítica e promoção de justiça social.

Referências

BALL, Stephen J. **Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação: Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, pp.99-116, Jul/Dez 2001. Disponível em: <https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/politicas-e-gestao>. Acesso em: 23/06/2024

BALL, Stephen J. **EDUCAÇÃO GLOBAL S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. 23. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2014. 270 p. TRADUÇÃO DE: JANETE BRIDON.

BORGES, Veronica (org.). **Docência nas políticas de currículo na Ibero-américa: demandas em disputas**. Curitiba: Crv, 2023. p. 143-162.

BRASIL (org.). **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT): biblioteca digital brasileira de teses e dissertações**.2002. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BRASIL (org). **Ministério da Educação (MEC)**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 23/06/2024

BRUMATTI, Josimara Dias. A contribuição da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações na disseminação do conhecimento nas áreas de Humanas e Sociais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 66-77, 2015.

FARIA, Camila Grassi Mendes de. **A PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: O PAPEL DO MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM NA AMPLIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA DE ESTADO**. 2022. 372 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2022. <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/#governanca>. acesso em janeiro de 2025.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1º ed. Editora Boitempo. São Paulo, 2019.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, Marcia Betania de; OLIVEIRA, Meyre-Ester Barbosa de. **Docência sitiada: políticas de bonificação/premiação em foco**. In: OLIVEIRA, Marcia Betania de; DIAS, Rosanne Evangelista;

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**. Como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Editora Sulina. Porto Alegre, 2011.

SALHBERG, Pasi. **Lições finlandesas 2.0: o que a mudança educacional na Finlândia pode ensinar ao mundo?** Editora SESI-SP, 1º ed. 2º reimp. São Paulo, 2018.

SILVA, Isabel Cristina de Andrade Lima e. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL: a participação de atores não estatais na elaboração da política pública.** 2013. 287 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós - Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SOARES, Ana Paula. Demandas em torno da responsabilização nas políticas de currículo e docência: os organismos multilaterais e suas articulações em tempos de crise. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Ucdb**, [S.L.], p. 173-191, 4 maio 2023. Universidade Católica Dom Bosco. <http://dx.doi.org/10.20435/serieestudos.v28i62.1762>.

SÜSSEKIND VERISSIMO CINELLI, Maria Luiza. Entrevista com William F. Pinar. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 33, p. 9, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24376>. Acesso em: 11 abr. 2025.

VERGER, A.; NORMAND, R. Nueva gestión pública y educación: Elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educación & Sociedad**, v. 36, n. 132, p. 599–622, jul. 2015.

Submetido em 17 de abril de 2025.

Aceito em 05 de novembro de 2025.

Publicado em 03 de dezembro de 2025.